

talvez não o sejam, ou pelo menos não o são ainda. Chama-las-emos *paraciências*.

13.2. — Algumas são, talvez, ciências imaturas ou em formação, como a *parapsicologia* (às vezes chamada *Metapsíquica*).

13.3. — Outras são simplesmente ilusões. Não darei exemplo nenhum, porque “mundus vult decipi”.

14. — *Quase uma conclusão*

Tantas coisas aqui escrevi com tantos numerinhos que demonstram um obscuro desejo de uma metaciência “more geometrico demonstrata”, à la Spinoza. Mas tenho a angustiosa impressão de que me esqueci de alguma coisa, e das muito importantes. Isso me faz lembrar um fragmento de poema da poetisa grega Safo:

“Passaram os colhedores de maçãs,
os colhedores passaram no pomar.
Mas lá em cima, veja lá,
no galho mais alto da macieira
sobrou uma maçã, sòzinha, altaneira,
não porque êles não quiseram colhê-la
a mais linda, a mais bela,
mas porque mesmo não puderam chegar
até lá em cima, até lá”.

(Safo, *Fragmenta*, trad. livre de A.)

Lembraí-vos, desta maçã.

Rio Branco, Diplomata-Geógrafo?

GILBERTO OSÓRIO DE ANDRADE

A pretexto duma comemoração há tempos programada, mas que não chegou a ser levada a efeito, induziram-nos a pôrmos em relêvo as virtudes geográficas da obra diplomática do barão do Rio Branco, que estabilizou e definiu no alvorecer da República as fronteiras até então incertas, flúidas ou litigiosas. Isso pode ser tentado, sem dúvida, mas com as devidas cautelas. Porque um panegírico puro e simplesmente geográfico, no caso, ressoaria assim como uma apropriação indébita dos méritos do estadista em proveito e favor da geografia.

Não seria lícito, com efeito, decompôr Rio Branco em vários tomos com o fito de isolar afinal um geógrafo, um geógrafo que eclipsasse o sóbrio homem de letras, ou suas limpas destrezas diplomáticas, ou ainda a particular sensibilidade que nêle se fêz prematura e permanente para temas históricos. Em relação aos estudos históricos, em verdade, é que seus pendorres vocacionais bem cêdo o orientaram. Não vagamente, aliás, e sim com norte certo, inspirado no culto que tinha pelo pai: solicitado, adolescente ainda, para assuntos de história diplomática sulamericana no que esta implicava problemas de limites. Não parece haver dúvidas de que, quando o visconde do Rio Branco fê-lo secretário da missão brasileira de 1870 ao rio da Prata, estipularam-se os rumos de sua experiência intelectual. O principal objetivo da missão era a execução do Tratado da Tríplice Aliança, celebrado no epílogo da guerra do Paraguai e no bôjo de cujas negociações jazia o denso rol de desentendimentos que levariam o Brasil e a Argentina a extremos quase abertamente hostis de questão militar.

Já antes, quer como estudante ainda, quer como deputado, ora através de pequenas monografias, ora pelas colunas d'*A Nação*, ocupara-se de problemas do Prata, principalmente histórico-militares, e firmara o propósito de corretivamente anotar a *Guerra da Tríplice Aliança* de Schneider. Depois da missão de 1870 nunca mais vacilou na escolha de caminhos. Seus dezessete anos como cônsul geral em Liverpool foram pródigoamente gastos em empenhos que o puseram em ligação com todos os principais grandes acervos de documentação histórica europeus, em visitas a bibliotecas, arquivos e museus, em estudos e decifrações de alfarrábios e veneráveis textos diplomáticos, em correspondência trocada com livreiros, autores, editores e colecionadores. Quanto ao Brasil, nesse particular, entendia-se epistolarmente com Capistrano de Abreu, mas, sobretudo, com o barão Homem de Melo, luminar da geografia entre nós àquele tempo.

Em breve seus projetos iriam além das simples anotações e retificações do livro de Schneider. Cogitou de escrever uma *História militar e diplomática do Brasil*, outra das campanhas navais e ainda um ensaio sobre a ação diplomática do Império. Semelhantes desígnios importavam na consideração do espaço geográfico sobre que se tinha processado a expansão colonial e importavam também na análise de como, em consequência dela, tinham afinal pulsado as linhas de tensão demográfico-político-econômicas ao longo das fronteiras. Precisamente aí o futuro advogado do Brasil no juízo arbitral de Washington situava o verdadeiro *pivot* das investigações que irresistivelmente o atraíam: planejou escrever um ensaio sobre a questão de limites com a Argentina e começou a reunir um copioso documentário que lhe consumiria vinte e cinco anos de pesquisas. Principalmente inventariando os subsídios geográficos que, sob a forma de mapas, levantamentos e demarcações de limites, se faziam indispensáveis à sua prudente informação histórico-diplomática.

A ressalva já feita de que jamais seria lícito o panegírico dum Rio Branco geógrafo — principalmente geógrafo ao lado do diplomata que foi, ou mesmo do pesquisador de história diplomática que está no lastro de sua formação e dos seus êxi-

tos —, a ressalva, esperamos, deixar-nos-á à vontade nesta altura para reivindicarmos pelo menos um pouco do barão à estrita cultura histórica propriamente dita.

Necessariamente solicitado pela essência mesma do processo de estabelecimento da base territorial da ocupação e da consolidação militar das posições, mergulhou Rio Branco num problema substancialmente geográfica. Às fronteiras, o que lhes comunica expressão jurídica é o fato de representarem soluções de continuidade entre soberanias confinantes. Em essência, porém, quaisquer limites territoriais apoiam-se em fatos da superfície geográfica. Seja nas formas mais simples, manifestas, como os talwegues ou os divisores d'água, seja quando consistem em linhas convencionais referidas ou não à rede das coordenadas.

Além disso, o processo histórico da evolução das fronteiras é o de uma evolução de formas de organização de espaços confinantes. Nenhum historiador, como historiador apenas, poderia entendê-lo de maneira abstrata nem haverá exemplo, cremos, de quem se tenha proposto a essa impossibilidade. É que, nesse domínio como no das especulações histórico-sociais sobre o povoamento, somente quando se levam em conta o espaço geográfico e as condicionantes que êste impõe às grandes linhas de acesso, circulação e ocupação, faz-se viável uma interpretação satisfatória. Uma interpretação científica, e não apenas narrativa ou cronológica.

No estado atual do desenvolvimento das ciências da terra e das ciências do homem, processos como o da evolução das fronteiras, ou do povoamento, seriam adequadamente considerados por equipes comuns de geógrafos e de historiadores. Há cinquenta anos atrás os estudos de Capistrano de Abreu sobre o povoamento colonial do Brasil ressentiram-se da falta de conhecimentos acerca das disposições naturais do enorme palco obscuro por onde se desenrolaram as correntes dos povoadores, com suas linhas de maior ou menor resistência do meio físico, seus elementos repulsivos, impeditivos ou atrativos. As condições, em suma, de clima, hidrografia, relêvo, solos e vegetação, que comandaram o ritmo da progressão demográfica

e as diversidades de formas pioneiras de ocupação da terra. O que faltou, porém, a Capistrano não foi negligenciado por Rio Branco. Certo é que, assim sumariamente formulada, a alternativa poderá encobrir uma disparidade considerável na avaliação dos subsídios de que um não dispôs e o outro se valeu. A geografia de que não se socorreu Capistrano teria de ter sido uma soma de conhecimentos interdisciplinares assás complexos, tão extensivos quanto variados, sobre a paisagem física e ecológica de um vasto interior que mesmo nos nossos tempos ainda é pouco menos do que mal conhecido. Com Rio Branco, porém, o que de fato se entendia era geograficamente mais simples. Mais simples e melhor situado espacialmente, em faixas periféricas de tensão e fricção.

Como quer que seja, para uma estimativa do que representou a geografia das lindes territoriais no sucesso daquele a quem Rui Barbosa alcunhou de "*deus terminus* de nossas fronteiras" e "reintegrador do território nacional", não é bastante experimentá-la em termos de mera abordagem eventual feita por historiador que se tivesse limitado a comunicar dimensões espaciais aos acontecimentos e aos problemas de que se vinha ocupando. Geografia e história viviam, no tempo de Rio Branco e do barão Homem de Melo, aqui como na pátria mesma já então da geografia moderna, que era a França, naquele estado de confusa promiscuidade que precedeu imediatamente à transformação da velha em nova geografia. As vigílias e interpretações de Rio Branco, cerradamente atentas aos relatos dos desbravadores e às vetustas cartas geográficas suscetíveis de possibilitar razoável contrôlo do texto dos tratados, instruções e armistícios, são tôdas contemporâneas dessa promiscuidade que em vários planos se mantém ao longo da segunda metade de oitocentos e dos primeiros anos deste século, retardando o advento da geografia científica, isto é, da elaboração explicativa, e não apenas descritiva, do conhecimento geográfico.

Um desses planos foi o da convergência entre a tradicional geografia das sagas dos aventureiros, das crônicas dos descobrimentos, dos roteiros de viagens e dos relatos de naturalistas com a geografia geral das disponibilidades proporcionadas pelas ciências naturais em franco desenvolvimento nos fins do

século passado. Humboldt e Ritter, principalmente Humboldt, assinalam essa etapa de grande significado metodológico, mas pioneiro e incipiente ainda, sem mais sequazes, de resto, senão dez lustros mais tarde. Rio Branco, que conheceu a obra de Humboldt e que dos registos de um de seus livros se valeu no caso do Amapá, não se sentiu premonitóriamente solicitado, todavia, por essa geografia científica para deslindar controvérsias acêrca de fronteiras.

Outro foi o plano logo em seguida desdobrado na eclosão dos estudos regionais rebeldes à inadvertida generalização de pretensos denominadores comuns de escala planetária. Estudos que decisivamente a partir de Vidal de La Blache, Emmanuel de Martonne, Lucien Galois, Camena d'Almeida, Max Sorre e outros, se detiveram nos diferentes estilos com que os complexos geográficos se apresentam no ecúmeno, compondo mosaicos de unidades bem diversificadas. Sendo de assinalar a circunstância de que, dessa consideração da "região" como um aspecto, também, da realidade, ressaltaram problemas elementares da organização do espaço pelo homem e a geografia humana assumiu foros de cidadania irrevogável. A evolução, nêsse particular, foi ainda metodológica mas não ganharia evidência, mesmo na França, antes de consumada a primeira década do século. Refletindo sobre a questão do Acre hoje, à distância, muito geógrafo moderno pressentirá o valor de quantos e quão persuasivos argumentos teria a geografia regional talvez acrescentado às razões quase só políticas de que Rio Branco se serviu para alcançar o Tratado de Petrópolis.

Foi, porém, num terceiro plano, aliás conceitual, que a transfiguração da velha em nova geografia se fêz particularmente retardada: era o da já referida convivência com os estudos históricos, mesmo na cidadela, a França, da nada obstante já vigorosa evolução dum conhecimento geográfico em busca de conteúdos científicos próprios. De sorte que nem a emulação do pioneirismo de Humboldt nem o proselitismo da geografia regional de Vidal de La Blache se puderam fazer desembaraçadamente, malgrado se ministrasse na Sorbonne desde 1809 o ensino geográfico em nível superior.

Como assinala Harrison Church, até os começos do século XX as aulas de geografia na França “ou eram ministradas por historiadores, ou subordinavam-se ao ensino da história”, de modo que a geografia “era considerada como simples descrição das influências mesológicas, reais ou supostas, sobre o desenvolvimento histórico”. Cursos de “geografia histórica”, como os que se ministravam no Colégio de França, iam ao extremo de se desarticularem em disciplinas de “geografia histórica moderna”, como em Besançon, ou de “geografia histórica antiga e medieval”, como em Clermont Ferrand. Na verdade, quando não se restringia academicamente à origem histórica ou etimológica e à evolução dos topônimos, tudo quanto o ensino tomava por motivações eram as sugeridas pela expansão colonial francesa, na esteira do revez militar e político de 1870. Disputas coloniais, acarretando conflitos entre áreas de influência no ainda mal revelado *hinterland* africano, constituíam um clima propício ao assanhamento circunstancial da indiferenciação dos temas geográficos e históricos. Sem falar da assinalada presença da França em nossa formação cultural, era do mesmo gênero o clima que nos legara o Império: fronteiras latentes que se fizeram tensas, vivas e até perigosas no amanhecer da República.

Colocou-se Rio Branco, portanto, em presença dos problemas solidariamente histórico-geográficos das nossas fronteiras à maneira por que, no Velho Mundo do seu tempo, muito erudito ilustre tomou posição em face da política ultramarina. E não só da ultramarina como igualmente da metropolitana. Himly, historiador professor de geografia que antecedeu Vidal de la Blache na Sorbonne, era supinamente interessado no ambiente geográfico da história, inclusive o da história episódica, e só deixou trabalhos de verdadeira notabilidade no gênero de ensaios sobre as divisões políticas da Europa, recém-reajustadas.

Essa comunhão didática de estudos geográfico-históricos tinha fundamentos práticos até certo ponto, mas resultava metodologicamente numa espécie de equívoco. Na base estavam, com efeito, valores comuns do velho humanismo, mas a indiscriminação conceitual dos objetos impedia a determinação a-

dequada das posições relativas. Daí a legião de eruditos de profuso saber polimorfo e desarticulado, dentro de cujos acervos de conhecimentos só como descritiva a geografia falava por si mesma, ao passo que pela pré-científica, ou para-científica, falava só confusa e temerariamente a história. Contudo, e como não tardaria muito que se reconhecesse à geografia seu verdadeiro papel de compromisso entre as ciências da terra e as do homem, o reparo não teria importância maior se não fôra o desfecho a que, em dado instante, começaram a chegar as veleidades de subordinar sem mais reservas à interpretação do espaço físico a análise temporal das mutabilidades e versatilidades da evolução humana. Porque bem cedo a história correu o sério risco de enfeudar-se àquele determinismo geográfico que ela mesma nutrira e que chegou até a erigir-se em doutrina com Buckle e seus sequazes, tal como na conhecida fábula do aprendiz de feiticeiro.

Contra isso, foi ainda na França que a reação teve lugar. Não pelos aprendizes de feiticeiro, os historiadores-geógrafos, mas por geógrafos só, que então havia, ou começavam a haver. Teve lugar categoricamente com Vidal de La Blache, que na sua aula inaugural de fevereiro de 1899, ao assumir a cátedra em que se jubilara Himly, proclamou o realce devido aos fatores geográficos no conhecimento do mundo físico concebido como “um encadeamento de fenômenos reagindo uns sobre os outros”, contestando-lhes porém, embora sem negar as influências deles sobre o comportamento humano, função determinista em matéria de interpretação e de crítica históricas.

Essa reação, contudo, não iria tampouco afetar Rio Branco, que naquele mesmo ano de 1899, perto já do apogeu de sua amadurecida obra diplomática, escrevia em Paris a primeira memória a ser submetida ao presidente do Conselho Federal suíço em defesa dos direitos do Brasil sobre o Amapá. O mais conceituado geógrafo francês com quem nesse tempo estabelecia relações era Élisée Reclus, que lhe fazia consultas para o capítulo destinado à América do Sul de sua famosa *Nouvelle Géographie Universelle*, propunha-o para membro da Royal Geographical Society, de Londres, e viria a ser um daqueles de quem o futuro Grande Chanceler se foi pessoalmente

te despedir quando embarcou para Washington a fim de assumir a chefia da delegação brasileira na questão das Missões. Embora o seu tanto já liberto da residual heterodoxia histórico-geográfica da época, os méritos de Reclus foram os do por menor na informação, exposta de maneira agradavelmente descritiva: um tratamento, em suma, que Humboldt meio século antes havia superado.

No Brasil, fôsse como fôsse, a destreza de Rio Branco na utilização das referências geográficas de que se valeu para a fundamentação de suas memórias sobre as questões de limites com a Argentina, a Guiana Francesa e a Guiana Inglesa, comunicaram inusitado prestígio à geografia. Dum momento para outro, a disciplina aprendida nos liceus do Império à custa de monótonos esforços de memorização e sabatinas — como aquelas realizadas sob as vistas conferentes de D. Pedro II com o seu caderno de notas — apareceu revestida de especiais relêvos e de interesse utilitário prático. Tão especiais e decisivos que, como argumentos, prevaleceram até sobre tratados e exegeses de textos históricos arrolados em apoio das fronteiras contestadas.

Os títulos de posse, com efeito, com que Rio Branco pôs um fim aos sensacionais litígios das Missões e do Amapá — litígios sobre espaços nevrálgicos, como são as fronteiras em tensão — foram documentos geográficos. A ressonância causada pelas sentenças arbitrais de Cleveland e Müller vibrou de modo particularmente intenso na opinião pública empolgada por patrióticas indignações e pelo alarma geral ante a perspectiva de desentendimentos internacionais explosivos. O triunfo alcançado, dessarte, nas missões de Washington e de Berna resultou numa formidável consagração popular, que os panegiristas do barão sonoramente evocam. A geografia no Brasil teria de esperar muitos anos ainda pela cidadania científica que a evolução conceitual e metodológica já lhe tinham comunicado no além mar europeu. De qualquer modo, porém, participou das glórias de Rio Branco. Teve seu farto quinhão de popularidade, senão mesmo de crédito tardio. Saiu da obscuridade das reminiscências escolares puramente anedóticas para uma nova luz de prestígio e valia. Muito professor caturra, de óculos e redingote, terá assinalado isso triunfalmente perante

as classes de alunos até então céticos e enfasiados com a sua geografia de nomes para saber de cor.

Para estimar em escala aceitável a participação da geografia nos sucessos diplomáticos de Rio Branco não bastará medir os 900.000 km² assegurados ao Brasil no desenlace das questões do Amapá, do Acre, do Peru e da Colômbia: área equivalente quase à do Nordeste e à do Meio Norte reunidos, ou sejam mais de dez por cento do que atualmente se contém dentro das raias do país. É necessário também recuar, no tempo, além da inquietante contingência com que teve de arcar a República, instaurada, que fôra, precisamente quando a longa evolução das nossas fronteiras entrava em crise aguda e urgia determinar de uma vez por todas, *ad perpetuam rei memoriam*, os 16.000 km de limites territoriais da soberania brasileira.

Equacionado apenas, nos tempos coloniais, entre Portugal e a Espanha o problema complicara-se progressivamente em função de dez novos países confinantes. Abstraída a mais remota expressão que lhe fôra atribuída em nome do princípio *papa est dominus orbis* — a fronteira ideal de Tordesilhas — três personagens assinalam, na colônia, no Império e na República, a marcha do processo de delimitação territorial do Brasil em face dos seus vizinhos sulamericanos. Nesse processo, os momentos de participação de cada um daqueles personagens correspondem a três distintos estágios da evolução das fronteiras: das fronteiras ainda potenciais com Alexandre de Gusmão, latentes já com Duarte da Ponte Ribeiro e finalmente vivas com o barão do Rio Branco.

Do Tratado de Madride (1750) disse uma vez Jaime Cortezão que só levando em conta a excepcional cultura geográfica e cartográfica do seu artífice, Alexandre de Gusmão, será possível compreendê-lo e estimá-lo em sua justa medida. No instrumento, com efeito, a incerta linha ideal de Tordesilhas — que dividira o mundo em hemisférios antes de pressupostos ensejos de expansão do que de manifestas influências — cede lugar ao realismo de tomar por limites fronteiras naturais: “as origens, o curso dos rios e os montes mais notáveis”, como dispõe expressamente o preâmbulo. E, para a execução do esta-

tuído entre as partes, não se deveriam sustar ou retardar demarcações a pretexto de questiúnculas eventuais sobre pequenas porções controvertidas. As fronteiras que se tratava então de convencionar eram potenciais ainda. Nelas não se refrata-vam vagas demográficas nem se positivavam, portanto, pelo menos na mór parte dos casos, choques de interesses contíguos efetivos. Porisso as Instruções de 1758, aos comissários portu-guêses demarcadores do ajustado, recomendavam que se desprezassem os retalhos sobre que não se fizesse pronto acôrdo com os agentes de Sua Majestade Fidelíssima, “contanto que a raia fique assentada pelos limites territoriais mais visíveis e perduráveis”.

Não se pense, no entanto, que o plenipotenciário de D. João V se permitia liberalidades perdulárias. É esta, pelo me-nos, a opinião do autorizado Cortezão, segundo quem o nego-ciador do Tratado de Madride prevaleceu-se astutamente das vantagens que levava a cartografia portuguesa para induzir os espanhóis à impressão de que resultariam bem mais vastos do que realmente eram os domínios reconhecidos à corôa de Cas-tela. Essa desavisada impressão reponta, efetivamente, do fa-moso “mapa das côrtes”, de 1749, cujas várias versões não coincidentes engendrariam um famoso mistério que caberia mais tarde a Rio Branco decifrar na questão das Missões, dei-tando abaixo os argumentos de Zeballos dentro dos seus pró-prios arraiais. O exemplar da versão portuguesa permutado com o da versão castelhana e destinado aos arquivos da côrte de Madride continha, realmente, erros propositados no sentido de “apoucar o terreno” reservado a Sua Majestade Católica e “engrandecer” também supostamente a porção atribuída aos espanhóis. A desproporção consistia em “encurtar as longitu-des a oeste do suposto meridiano de Tordesilhas”, artifício de que não se dariam conta os de Castela porquanto havia poucos anos somente que a cartografia dera um passo avante nas téc-nicas de determinação das longitudes, com o método de calcu-lar a diferença de horas entre o meridiano local e o meridiano de origem, servindo-se dos eclipses dos satélites de Júpiter. Ora, êsse passo avante fôra dado, sob as reservas e sigilos ób-vios, pelos padres Diogo Soares e Domingos Capaci, matemá-ticos jesuítas trabalhando por conta de D. João V.

A malícia de Gusmão como que antecipa, na história di-plomática de nossas fronteiras, certo episódio sem dúvida mui-to mais inocente porém merecedor de igual menção. Quando ainda não podia ter sonhado sequer com papel que lhe seria reservado, onze anos depois, no litígio com a Guiana France-sa, o cônsul geral do Brasil em Liverpool fôra convidado por Levasseur a colaborar na redação de tópicos do verbete *Bré-sil* para a nova edição, que então se preparava, da *Grande En-cyclopedie Française*. Rio Branco dera conta de tudo: encarre-gara-se do resumo das explorações científicas, das divisões po-líticas, cidades principais, indústrias e vias de comunicação e exultava, afinal, com ter vencido as cominações do espaço que lhe fôra grãficamente reservado, pois conseguira para o Bra-sil 51 páginas, enquanto que somente couberam 20 à Bélgica e 49 a tôda a Inglaterra. Comunicando isso em 1899 ao barão Homem de Melo gabava-se de que “a questão do Oiapoque fi-cou exposta de modo favorável ao Brasil em uma Enciclopé-dia francesa”, e segredava ao visconde de Ourém que “o ne-gócio do Oiapoque o Levasseur o engoliu todo, como V. Excia. verá, sem perceber que assina uma sentença favorável ao Brasil”.

Por outro lado, o artifício das longitudes de Gusmão e-voca uma outra habilidade do desempenho de Rio Branco na questão das Missões: não mais do ponto de vista duma pres-ciente sagacidade política, mas no que se refere à fundamen-tação geográfica de que o barão se serviu para deslindar tão acesa pendência. Enquanto o temível Estanislau Zeballos a-nunciava ter a Argentina descoberto, para submeter ao árbitro, mapas decisivos, Rio Branco detinha-se discretamente em cál-culos de longitudes para determinar, no velho “mapa das côr-tes”, o verdadeiro meridiano da foz do Peperi-guaçu. Pediu a Levasseur, de passagem por Nova York, que conferisse êsses cálculos e obtivesse deles confirmação, em Paris, pelo cartó-grafo Lejeaux. Proferido o laudo de Cleveland, revelará Rio Branco: “nesse trabalho assentei a parte mais decisiva da ar-gumentação submetida ao árbitro”.

Retomemos, porém, o interrompido resumo da evolução das fronteiras. No século XIX, consumada a emancipação das

colônias sulamericanas, seus numerosos embriões de expansão funcionavam já ativamente, porém nas faixas confinantes os atritos apenas se prenunciavam. Assim, quanto ao Brasil, salienta Álvaro Lins como durante o Império êsse “processo histórico ainda não chegara — pelo desenvolvimento natural ou pelas descobertas de riquezas no solo disputado — ao momento de desenlace e solução”. Coube, então, a Duarte da Ponte Ribeiro como chefe, a partir de 1841, da secção dos negócios políticos da América na Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, reencetar a tarefa dos demarcadores do Tratado de Madride. Das memórias escritas por êsse que foi o “fronteiro mór do Império”, no dizer de Castilhos Goycochêa, bem se vê como se preocupava com os sinais, ou mesmo só com os assomos de tensão fronteiriça em vários segmentos ainda não materialmente gravados em têrmos duma posse efetivamente manifesta por fatos de domínio e atos de jurisdição. Muito embora não pudesse haver dúvida de que, sem o *uti possidetis* e como diria depois o barão do Rio Branco, “o único princípio regulador seria a conveniência e a fôrça de cada nação”, não se deixou Ponte Ribeiro repousar desprevenidamente em pressupostos de ocupação prioritária, controvertida ainda em muitos casos. As tensões anunciadas definem, com efeito, fronteiras já pulsando, de modo que cumpria fazê-las riscar, documentar, mapear, porquanto seria em mapas, rigorosamente em mapas, que o Brasil teria de fundamentar em última análise os reclamos de sua soberania territorial.

À medida que se avança na reconstituição dêsse processo de evolução das fronteiras através de Gusmão, Ribeiro e Rio Branco experimenta-se cada vez mais a evidência de como todos três se inserem numa contigüidade de cunho tradicional comum. E compreende-se igualmente porque num país nôvo e sulamericano, de tão poucas perseveranças de ideais políticos e de tão frouxas vinculações com êstes no passado, detém uma singular importância aquêlê espólio a que se dá o nome de “tradição do Itamarati”.

Vários são os juízos que, formulados por Jaime Cortezão acêrca do artifício do Tratado de Madride, se ajustariam também como uma luva tanto ao “fronteiro mór” quando ao Gran-

de Chanceler. Assim, por exemplo, aquilo de que coubera a Gusmão equilibrar o princípio do *uti possidetis de facto* com o das fronteiras naturais, exatamente o que fez Rio Branco nas questões das Missões e do Amapá. Ou êste outro de que “os direitos sôbre um território impõem o dever correlativo do seu estudo geográfico”, porquanto “essa é uma das formas de exercer a soberania”, pois não aconteceu por mero acaso que o fundador e sortidor primeiro da mapoteca do Itamarati veio a ser Ponte Ribeiro.

Quando a República sobreveio havia só fixados, consumados, os limites com a Venezuela e o Paraguai. Nem mesmo com o Peru o Tratado de 1851 lograra estabelecer lindes definitivas. Vivas estavam agora, vivas e contenciosas, cada vez mais inquietantes, no alto Purus e no alto Juruá; no território das Palmas, entre o suposto Peperi dos argentinos e o verdadeiro Peperi-guaçu; no extremo norte do país, entre o Amazonas e o Oiapoque, relíquia da controvérsia entre a doação feita por Felipe IV da Espanha a Bento Maciel Parente e as cartas patentes passadas por Henrique IV da França ao seu lugar-tenente La Ravardière; no extremo sul também, herança da aventura cisplatina na indecisa fronteira Mirim-Jaguarão; e ainda com a Colômbia e com a Guiana Inglesa, ao sabor dos desentendimentos geográficos sôbre o alcance recíproco do *uti possidetis*. Ao todo, sete litígios para a solução de seis dos quais o papel principal estaria reservado a Rio Branco, num tempo em que os impérios, à moda de Bismarck, dilatavam-se pela fôrça. Reservado ao Rio Branco das missões especiais, primeiro, nas questões com a Argentina e com a França, e ao chanceler, depois, na celebração de acordos diretos com a Bolívia, o Peru, a Colômbia e o Uruguai.

Missões, Amapá e Acre, os casos mais difíceis, são as peças maiores dos trofeus do consolidador do território. Conta-se que quando Floriano Peixoto, depois de ter pensado no barão de Ladário para advogado do Brasil na questão das Missões, cedeu a instâncias do visconde de Cabo Frio e escolheu o barão Aguiar de Andrade, êste teria murmurado: “vai ser o fim de minha carreira, porque esta é uma questão perdida”.

Não a perdeu, contudo, Rio Branco. Antes abriu com ela a sucessão dos êxitos de Berna e de Petrópolis e dos acordos políticos com os governos de Lima, Montevideu e Bogotá, acordos que somam sua obra propriamente dita diplomática, desenvolvida à base de negociações que se inspiraram obstinadamente no propósito de superar desconfianças e assegurar a amizade sulamericana. Através desses acordos mostra-se um Rio Branco que singularmente encarna os princípios mais caros às relações continentais do Brasil. Como o do convívio harmônico e fraterno, sob cujas inspirações reconhecemos e proclamamos, em favor dos nossos vizinhos, a livre navegação nas bacias do Amazonas e do Prata. Ou como o do condomínio uruguaio no sistema Mirim-Jaguarão, “gesto sem similar — qualificou-o A. G. de Araújo Jorge — na história diplomática do mundo”.

Na questão do Acre, porém, engendraram-se crises eletrizantes e grávidas de tendência explosiva. Em face delas não se deixou cegar pelos próprios sucessos o Rio Branco estadista. Enquanto Rui sustentava a necessidade de mais um apêlo ao juízo arbitral — certo, como estava, de que a despeito do Tratado de 1867 seria cabível sustentar direitos brasileiros sobre o Acre, fundados na configuração territorial como na ocupação pelos seringueiros — o Chanceler trabalhava sem parar em prol da conclusão dum acordo direto. Reconhecia êle, com efeito, naquela delicada conjuntura, que o território conflagrado pela reação armada de Plácido de Castro fôra formalmente atribuído à Bolívia. O que havia a proteger, então, não era uma identidade regional comum, mas sessenta mil seringueiros que tinham remontado os rios acreanos como vias naturais de penetração e ali haviam povoado, colonizado e explorado a selva amazônica ao largo do domínio efetivo da Bolívia. Em outras palavras, proteger uma situação de fato dificilmente reconhecível como de direito. “Não fazemos questão de território” disse então Rio Branco, pondo uma ênfase hábil na sustentação da querela; “fazemo-la de brasileiros”.

A tenacidade com que sustentou essa linha enfaticamente política na questão do Acre, em franco desacôrdo com a tese dum oráculo da estatura de Rui, suscitou ásperas campa-

nhas contra o Itamarati, que êle já então personificava plenamente. Uma amostra exemplar de azedume, senão mesmo de despeitos, demoradamente fermentados contra Rio Branco são aquelas expressões duma carta de 1906, escrita por Salvador de Mendonça a Feliciano Pena: “conhece a história, a geografia do Brasil, especialmente a colonial, e não deveria nunca ter saído do que bem conhece para o que tanto ignora”. Era como se conviesse advertir Rio Branco de que se tratava então de discutir direito comum, e de que se conservasse na sua merecida condição de escarafunchador de textos e de mapas, mas não se improvisasse em jurista ou político. O Chanceler, porém, manteve-se irredutível no propósito de negociar à base de compensações ainda quando onerosas; e as consequências do Tratado de Petrópolis deixariam afinal manifesto que o pessimismo de Rui fôra o de um mau profeta, tanto quanto o juízo de Salvador de Mendonça fôra o de um mau juiz.

Tínhamos disputado 142.900 km² e incorporado um total de 191.000 km². Em troca dessa incorporação estipularam-se uma indenização, à Bolívia, de dois milhões de esterlinos, a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, a liberdade de saída para o Atlântico pela via fluvial do Amazonas e também a cessão, pelo Brasil, de cerca de 2.300 km² não habitados por brasileiros, mas por bolivianos. Essa alienação territorial, duramente inquinada de mutilação sacrílega pelos adversários do Tratado, foi um dos estandartes da crise que se pretendeu ainda uma vez renovar, mas que depressa arrefeceu. A lógica de Rio Branco era fria e categórica: “se o título em nome do qual lhe pedimos a cessão das bacias do Acre e dos rios que ficam a oeste dêste era o de serem êsses territórios habitados e cultivados por cidadãos nossos, como poderíamos honestamente negar à Bolívia extensão muito menor, habitada e utilizada por seus nacionais?”

Direitos realmente fundados em títulos de posse, êsses foram apurados sobretudo nas questões das Missões e do Amapá. Direitos que tinham de ser demonstrados, como o foram, à base da documentação geográfica e cartográfica que exprime, nos tempos coloniais, as sucessivas fases da evolução das zonas fronteiriças. Perante Cleveland e Müller, com efeito, os

“títulos solenes de soberania” que decisivamente se exibiram foram os mapas. Não simples arrazoados instruídos por exegese jurídica de acordos internacionais, porém mapas, cartas geográficas, muitas ressuscitadas da poeira de séculos em que tinham jazido nos arquivos de Lisboa, Madride, Simancas e Alcalá de Henares.

A partir do de 1750, que tornara sem efeito o de Tordesilhas, a seqüela de tratados fôra de tal ordem que cada um revogava o anterior: El Pardo, Santo Idelfonso, até o de Badajós (1801), que não cogitara sequer de raias divisórias, na América, ao pôr um termo à guerra entre Portugal e a Espanha. Não seria, portanto, à custa dêles que se pudesse definir o espaço geográfico do *uti possidetis*. A verdadeira identidade do Peperi, no caso das Missões, como a do Oiapoque, na questão do Amapá, tinha de ser provada em função de registos geográficos.

É nêsse propósito, aliás, que avulta o trabalhador infatigável com que a tradição agigantou Rio Branco. O Rio Branco da cerrada correspondência com os arquivos. Dos emissários despachados no encalço de acervos históricos europeus, à cata de documentos conhecidos, ou suspeitados apenas, ou ainda sômente presumidos. Das longas vigílias ampliadas com a ajuda de lupas, rojado pelo chão sôbre mapas antigos e modernos, seguindo passo a passo rêdes de drenagem, esquivos topônimos ribeirinhos, pontos de referência fugitivos. Do Rio Branco conferindo cópias de cartógrafos, esmiuçando descuidos, mandando refazê-las. E da penosa comparação interpretativa que remontou às cartas de marear e aos portulanos do tempo em que a cartografia era “prenda de pilotos” e daí pelos rios das bandeiras e trilhas de selvagens — os “riscos de mineiros” a que se referira Alexandre de Gusmão — até as partidas de limites do século XVIII.

Sua memória *Questão de limites entre o Brasil e a República Argentina*, apresentada em 1894 à decisão arbitral do presidente dos Estados Unidos, foi recheiada espessamente de cartas geográficas e a propósito delas desfilam cartógrafos, cosmógrafos, matemáticos, gravadores e impressores, de Ams-

terdão, Paris, Roma, Augsburgo. Desfilam d’Anville, de l’Isle, Palomares, Olmedilla, Azara, Cabrer, Pacheco e Maraval; e mais Caraffa, Retz, Tamburini, Quiroga, junto com Seutter, Gerard Coeck, Petroschi, Franceschelli e Bellini. Na questão do Amapá são duas as demonstrações que faz, perante o govêrno da Confederação Helvética, ambas densamente instruídas por documentação geográfica; do sexto volume da primeira dessas memórias sôbre as fronteiras com a Guiana Francesa constam, dizem os registos, 86 cartas geográficas, 14 das quais anteriores ao Tratado de Utrecht (1713).

Mais tarde, no govêrno de Rodrigues Alves, quando vacilava em aceitar a pasta das Relações Exteriores, escreveu Rio Branco a Frederico Abranches queixando-se, entre outras coisas, da inexistência de uma secção geográfica no arquivo do Itamarati. Afinal investido no Ministério, compôs em redor de si o bizarro ambiente em que o situam todos os seus biógrafos: a sala, que media cento e vinte metros quadrados e continha quatorze mesas atulhadas de livros e de mapas, singularizava-se por aquela mesma desordem que, já em Paris, surpreendera Eduardo Prado afinal convencido de que era apenas aparente. Com um certo famoso castiçal que ia de mesa em mesa para acender os duzentos cigarros fumados cada dia. E onde o médico Fernando Magalhães assustou-se, uma vez, deparando o barão de bôrco no assoalho: adormecera em cima dos seus enormes mapas. Será, de resto, nêsse contagioso convívio de esmiuçador de cartas geográficas que Euclides da Cunha, sócio de seu mais freqüente *entourage*, sente-se um dia “muito doente de mapite aguda” e continua “a realizar, à sombra de Rio Branco, os seus sonhos de geógrafo, historiador e escritor.”